



Diário da Justiça

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO LXVII — Nº 118

TERÇA-FEIRA, 23 DE JUNHO DE 1992

BRASÍLIA — DF

Sumário

	PÁGINA
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	9797
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	9812
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	9814
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	9865
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	9885
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	9885
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL — Conselho Federal.....	9890
EDITAIS E AVISOS.....	9891

Plenário

Pauta de Julgamentos

PAUTA Nº 25 - Elaborada nos termos do art. 83 do Regimen
to Interno, para julgamento a partir do próximo dia 26 de junho,
sexta-feira, do seguinte processo:

RE 147.684-2 - SP

Rel.: Min. Sepúlveda Pertence. Rectes.: Ministério Público
Federal e União Federal. Recdo.: Sindicato dos Trabalhadores nas In
dústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Pau
lo (Advs.: Rosângela Galdino Freires e outros).

Brasília, 19 de junho de 1992.

LUIZ TOMIMATSU
Secretário

Departamento Judiciário

Despachos

PROCESSOS DIVERSOS

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 00007190/600

Origem : DISTRITO FEDERAL
Relator : MINISTRO NERI DA SILVEIRAREQUERENTE : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS PROFISSÕES LIBERAIS
Adv. : Amadeu Roberto Garrido de Paula
REQUERIDOS : . PRESIDENTE DA REPÚBLICA
. CONGRESSO NACIONAL

DESPACHO: - Vistos. Cuida-se de ação direta de
inconstitucionalidade do art. 791, da CLT, em face do art.
133, da Constituição de 1988.

2. O Supremo Tribunal Federal firmou entendimento, por
maioria de votos, no sentido do não cabimento de ação direta
de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou
estadual anterior à Constituição de 5.10.1988. Nesse sentido,
as decisões nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 2,
7, 74, 85, 167, 464, 503 e 521, dentre outras.

3. Assim sendo, por falta de possibilidade jurídica do
pedido, nego, desde logo, seguimento à ação, nos termos do
art. 38 da Lei nº 8038/90 e § 1º do art. 21, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 1992.

Ministro NERI DA SILVEIRA
Relator

USUÁRIO

A Imprensa Nacional está engajada no Programa
Brasileiro de Qualidade e Produtividade, implantado
pelo Governo Federal.
Dê sua sugestão para que possamos oferecer-lhe
um melhor serviço.

Imprensa Nacional — Divisão Comercial — SIG — Quadra 06, Lote 800
Brasília — DF — CEP: 70604-900

Supremo Tribunal Federal

Presidência

DISTRIBUIÇÃO

SEXAGÉSIMA SEXTA AUDIÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA,
REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 1992. PRESIDENTE O EXMO. SR. MINISTRO
OCTÁVIO GALLOTTI (ART. 137, I RISTF).

AS 17:00 HORAS, NO GABINETE DA PRESIDÊNCIA, FORAM
DISTRIBUÍDOS OS SEQUINTE FEITOS, PELO SISTEMA TRADICIONAL:

EXTR 000560-0/120

REINO DA BÉLGICA

RELATOR : MIN. MOREIRA ALVES

REOTE : GOVERNO DA BÉLGICA

EXTNDO : GERHARD BERNARDI

HC 0069561-2/130 MA

RELATOR : ILMAR GALVÃO

IMPTE : MIGUEL CAVALCANTE NETO

COATOR : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

PACTE : FRANCISCO JOSE SANCHO RIGS

MINISTRO	REGIST.	DISTR.	REDISTR.	TOTAL
MIN. MOREIRA ALVES		01		01
MIN. ILMAR GALVÃO		01		01
TOTAL		02		02

NADA MAIS HAVENDO, FOI ENCERRADA A PRESENTE ATA DE
DISTRIBUIÇÃORHODE DOUBEL BARRETO, DIRETORA
DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, PUBLICIDADE E
ESTATÍSTICA.....ALDA VILLAS BOAS CARVALHO,
DIRETORA DO DEPARTAMENTO JUDICIÁRIO.

Brasília, 19 de junho de 1992

MINISTRO OCTÁVIO GALLOTTI
Presidente

ADIn 720-3/RJ
 Repte.: Partido Trabalhista Renovador - PTR (Adv.:Guten-
 berg Prado e Oliveira e José Alfredo Martinez da Silva).
 Regdos: Governador do Estado do Rio de Janeiro e Assembléia Le-
 gislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Despacho: - Transmissão, por meio de fac simile, não
 é meio idôneo para a interposição de recurso, aliás, no caso
 nem sequer fundamentado (confirmam-se os acórdãos do Tribunal
 Pleno no Mandado de Segurança (AgRg) 21.230 e da Primeira Tur-
 ma, entre outros, no Agravo de Instrumento (AgRg) nº 141.660.
 Publique-se e archive-se.
 Brasília, 17 de junho de 1992.

Ministro OCTAVIO GALLOTTI
 Relator

PROCESSO Pet 0000543-1
 ORIGEM RIO GRANDE DO SUL
 RELATOR MIN OCTAVIO GALLOTTI
 Repte WONG SIN TAK
 Adv WESLEY WAGNER DE PRINTES

DESPACHO:

Não cabem embargos por suposta divergência, contra
 despacho proferido em petição.
 Archive-se.
 Brasília, 12/06/92.

Ministro OCTAVIO GALLOTTI
 Relator

Petição nº 605-4

Repte.: Juan José Soto Vargas (Adv.: Waldir Floris
 belo de Aquino). Reqdo.: Presidente da República.

Despacho: - Não se inscreve, na competência origi-
 nária do Supremo Tribunal (art. 102, I, da Constituição), o
 processo e julgamento da ação ordinária, proposta por parti-
 cular, para anulação de ato do Presidente da República.
 Com base no art. 21, § 1º, do Regimento Interno,
 nego seguimento ao pedido.
 Publique-se e archive-se.
 Brasília, 15 de junho de 1992.
 Ministro OCTAVIO GALLOTTI
 Relator

Pet. 606-2/SP

Repte.: Lucindo Rafael (Adv.: Lucindo Rafael).Reqdo:
 Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo.

Despacho: - Não se indicando causa onde a competên-
 cia do Supremo Tribunal houvesse sido usurpada por ou-
 tra Corte, nego seguimento ao pedido de avocação (art. 21, §
 1º, do Regimento Interno).
 Publique-se.
 Brasília, 15 de junho de 1992.

Ministro OCTAVIO GALLOTTI
 Relator



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional — IN
 SIG — Quadra 6, Lote 800 — 70604-900 — Brasília/DF
 Telefones: PABX: (061) 321-5666 — Fax: (061) 225-2046
 Telex: (061) 1356
 CGC/MF: 00394494/0016-12

ENIO TAVARES DA ROSA
 Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR
 Coordenador de Produção Industrial

DIÁRIO DA JUSTIÇA — Seção I

Órgão destinado à publicação dos atos dos Tribunais
 Superiores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
 Chefe da Divisão de Jornais Oficiais

JOSÉ EDMAR GOMES — MIGUEL FELIX DOS ANJOS
 Editores

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Seleção e Registro de Matérias no
 horário das 7:30 às 13:00 horas. Qualquer reclamação deve ser encaminhada, por escrito, à Divisão
 de Jornais Oficiais no prazo de cinco dias úteis após a publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que
 podem ser adquiridos separadamente.

Diário Oficial			Diário da Justiça		
Preços	Seção I	Seção II	Seção III	Seção I	Seção II
Assinatura trimestral	Cr\$ 92.000,00	Cr\$ 23.400,00	Cr\$ 83.600,00	Cr\$ 93.300,00	Cr\$ 147.700,00
Portes:					
Superfície	Cr\$ 48.180,00	Cr\$ 23.760,00	Cr\$ 42.340,00	Cr\$ 48.180,00	Cr\$ 87.120,00
Aéreo	Cr\$ 126.720,00	Cr\$ 62.700,00	Cr\$ 126.720,00	Cr\$ 126.720,00	Cr\$ 229.020,00
Informações: Seção de Assinaturas e Vendas — SEAVEN/DICOM					
Telefone: (061)226-6812					
Horário: 7:30 às 19:00 horas					

PROCESSO Rcl 0000406-6
 ORIGEM DISTRITO FEDERAL
 RELATOR MIN. MARCO AURELIO
 Repte RAIMUNDO DE OLIVEIRA
 Adv LUIZ RAIMUNDO DE LIMA
 Recido PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Despacho:

1. A urgência relativa ao pedido de concessão da liminar
 está, até certo ponto, comprometida. É que visou à
 suspensão da solenidade de posse dos Juizes do Tribunal Regional
 do Trabalho da 21ª Região marcada para o dia de hoje, bem como "de
 qualquer ato que vise ao funcionamento irregular do TRT da 21ª
 Região". (alínea "a", folha 4).
 2. O Reclamante alega, de forma pouco precisa, que o Mi-
 nistro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho pra-
 ticou atos e pretende implementar outros em desrespeito ao que de-
 cidido na Reclamação nº 392-2 e em contrariedade à competência des-
 ta Corte. Aponta a existência de duas ações ajuizadas perante o
 Supremo Tribunal Federal - a Ação Direta de Inconstitucionalidade
 nº 581, da qual sou relator, e o Mandado de Segurança nº 21.499, dis-
 tribuído ao Ministro Paulo Brossard. A par disto, tece considera-
 ções sobre o alcance da Lei 8.215/91.

Na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 581 não foi
 prolatada, até aqui, qualquer decisão. Apresentado o processo em
 mesa para apreciação da cautelar pleiteada, o Pleno dispensou as in-
 formações e determinou a imediata remessa dos autos à Advocacia-Ge-
 ral da União e à Procuradoria-Geral da República. Concluiu, assim,
 pela conveniência de proceder ao julgamento final da própria Ação
 Direta de Inconstitucionalidade. Isto ocorreu ao término do Ano
 Judiciário de 1991, sendo certo que o preceito atacado, da Lei su-
 praticado, diz respeito à elaboração de lista de merecimento.

Quanto ao Mandado de Segurança nº 21.499, inexistem nes-
 tes autos peças reveladoras do objeto e do estágio no qual se encon-
 tra, sendo relator o Ministro Paulo Brossard.

Relativamente à Reclamação nº 392, foi concedida liminar
 pelo relator - também o Ministro Paulo Brossard - retirando do mun-
 do jurídico a eficácia de ato do Presidente do Tribunal Superior do
 Trabalho que implicara a suspensão de liminar concedida em mandado
 de segurança impetrado, junto ao Tribunal Regional do Trabalho da
 13ª Região versando sobre a feitura da lista de merecimento.

- Nos autos inexistem elementos suficientes à concessão
 de liminar, mormente considerada a extensão conferida
 ao pedido - para sustar "qualquer ato que vise ao funcionamento ir-
 regular do TRT da 21ª Região".
- Esclareça o Requerente o objeto do mandado de segurança
 impetrado nesta Corte e os atos nele praticados.
- Solicitem-se informações ao Exmo. Senhor Presidente do
 TST - Ministro Luiz José Guimarães Falcão.
- Publique-se.

Brasília, 15.06.92 - às 22:00 horas
 Ministro MARCO AURELIO
 Relator

DESPACHO:

- Junte-se aos autos da reclamação nº 406-6.
- Publique-se.

Brasília, 15/06/92.
 Ministro MARCO AURELIO
 Relator

**Sentença Estrangeira nº 4.581-8 - Reino Unido da
 Grã-Bretanha e Irlanda do Norte**

Requerente: Roseli de Souza ou Roseli de Soza
 Mareco Moreira. (Advs.: Ilda Helena Duarte Rodrigues e
 outro). Requerido: Elis Ramon Mareco Moreira.

Decisão: - Providencie a requerente, no prazo de 60
 (sessenta) dias, a chancela consular nos documentos de fls.
 44 e 46.

Brasília, 16 de junho de 1992.
 Ministro SYDNEY SANCHES
 Presidente

Suspensão de Segurança nº 432-8 - Distrito Federal
 Requerente: Procurador-Geral da República.
 Requerido: Superior Tribunal de Justiça. Impetrantes: Neusa
 dos Santos e outros. Alice Esteves Rodrigues e outros, Dione
 Claudino de Mattos e outros, Carmen Lúcia de Oliveira Rocha,
 Mércia Maria de Lima Braz, Ana Lúcia Lopes e outros. (Advs.:
 Lino Machado Filho e outros, José Henrique Pinto).

Decisão: - O Exmo. Sr. Procurador-Geral da
 República requer, a fls. 467, a extensão dos efeitos da
 decisão de fls. 177 (que suspendeu a execução dos acordos
 concessivos de segurança a integrantes do Corpo Feminino da
 Reserva da Aeronáutica, que postulavam sua permanência defi-
 nitiva na corporação), aos mandados de segurança nº 886,
 impetrado por LÉLIA PINHEIRO DA CRUZ e outra, e 873,
 impetrado por KÁTIA DA SILVA PRADO.

Com a mesma fundamentação constante da decisão de
 fls. 177, defiro o pedido de suspensão da execução dos
 acordos proferidos nos mandados de segurança nºs 886 e 873,
 até o trânsito em julgado daquelas decisões.

Publique-se e comunique-se.
 Brasília, 16 de junho de 1992.

Ministro SYDNEY SANCHES
 Presidente

PROCESSO : RR 030705 / 91 - 0 . TRT DA 3a. REGIÃO
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA
REVISOR : MIN. ANTONIO AMARAL
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTENCIA MEDICA DA PREVIDENCIA SOCIAL - INAMPS
ADVOGADO : Dr(a). ANTONIO EYMARD F. DE P RICARDO
RECORRIDO : LUCIA DE OLIVEIRA COSTA
ADVOGADO : Dr(a). LONGUINHO DE FREITAS BUENO

PROCESSO : RR 030727 / 91 - 1 . TRT DA 5a. REGIÃO
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA
REVISOR : MIN. ANTONIO AMARAL
RECORRENTE : JULIVALTER JATOBA SOUTO
ADVOGADO : Dr(a). VERA LUCIA SALIGNAC DE SOUZA
RECORRIDO : CARAIBA METAIS S/A - INDUSTRIA E COMERCIO
ADVOGADO : Dr(a). EMILIA AZEVEDO DA SILVA

PROCESSO : RR 030904 / 91 - 3 . TRT DA 15a. REGIÃO
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA
REVISOR : MIN. ANTONIO AMARAL
RECORRENTE : BANCO ECONOMICO S/A
ADVOGADO : Dr(a). JOSE MARIA DE SOUZA ANDRADE
RECORRIDO : SIND DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS DE MARILIA
ADVOGADO : Dr(a). JOSE TORRES DAS NEVES

PROCESSO : RR 031523 / 91 - 8 . TRT DA 2a. REGIÃO
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA
REVISOR : MIN. ANTONIO AMARAL
RECORRENTE : DONIZETE ALVES DE ALMEIDA
ADVOGADO : Dr(a). JOSE TORRES DAS NEVES
RECORRIDO : BANCO FINASA DE INVESTIMENTOS S/A
ADVOGADO : Dr(a). MARIA CARMELA DE NICOLA

PROCESSO : RR 031544 / 91 - 2 . TRT DA 1a. REGIÃO
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA
REVISOR : MIN. ANTONIO AMARAL
RECORRENTE : LUIZ ALBERTO DO CARMO E OUTROS
ADVOGADO : Dr(a). ALINO DA COSTA MONTEIRO
RECORRIDO : CIA ELETROMECHANICA CELMA
ADVOGADO : Dr(a). ISMAR BRITO ALENCAR

PROCESSO : RR 031566 / 91 - 3 . TRT DA 4a. REGIÃO
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA
REVISOR : MIN. ANTONIO AMARAL
RECORRENTE : NEIVA ANGELITA BORGES LAVES
ADVOGADO : Dr(a). CLAUDIO ANTONIO CASSOU BARBOSA
RECORRIDO : REDE RIOGRANDENSE DE EMISSORAS LTDA
ADVOGADO : Dr(a). ROSEMARIE SEBEM

PROCESSO : RR 031744 / 91 - 2 . TRT DA 4a. REGIÃO
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA
REVISOR : MIN. ANTONIO AMARAL
RECORRENTE : SIND DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS DE PORTO ALEGRE
ADVOGADO : Dr(a). JOSE TORRES DAS NEVES
RECORRIDO : BANORTE BANCO NACIONAL DO NORTE S/A
ADVOGADO : Dr(a). NILTON CORREA

PROCESSO : RR 033686 / 91 - 9 . TRT DA 5a. REGIÃO
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA
REVISOR : MIN. ANTONIO AMARAL
RECORRENTE : JOSE FRANCISCO MENEZES FILHO
ADVOGADO : Dr(a). HUDSON RESEDA
RECORRIDO : BUNNY'S INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS LTDA
ADVOGADO : Dr(a). HAMILTON DA ROCHA LYRA

OS PROCESSOS CONSTANTES DESTA PAUTA QUE NÃO FOREM JULGADOS NA SESSÃO A QUE SE REFEREM, FICAM AUTOMATICAMENTE ADIADOS PARA AS PROXIMAS QUE SE SEGUIREM, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA PUBLICAÇÃO, SE ULTRAPASSAREM DE VINTE OS FEITOS REMANESCENTES (LEI ORGANICA DA MAGISTRATURA NACIONAL, ART. 38).

JORGE ALOISE
Diretor da Secretaria

Superior Tribunal Militar

Presidência

ATO Nº 9.862, DE 16 DE JUNHO DE 1992

O DOUTOR ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA, MINISTRO VICE-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE PRESIDENTE,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 26 do Regimento Interno, e tendo em vista a decisão do Plenário tomada em Sessão Administrativa de 10 JUN 92

REMOVE, a pedido, sem ônus para os cofres públicos, o Advogado-de-Ofício Dr. ADHEMAR MARCONDES DE MOURA da Auditoria da 6ª CJM para a Auditoria da 11ª CJM.

ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA

ATOS DE 19 DE JUNHO DE 1992

O GENERAL-DE-EXERCITO HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 11, inciso XXXIII, do Regimento Interno, e tendo em vista o que consta do Ofício nº 0388/92, da 2ª Aud Mar 1ª CJM, de 10 JUN 92, resolve

Nº 9.863 - EXONERAR o Técnico Judiciário, classe "B", referência NS-17, FRANCISCO SA BORGES, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Secretaria, código STM-DAS-101.5, da 2ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM.

Nº 9.864 - DESIGNAR a Drª CATERINA DE SETA COSENTINO, Técnica Judiciária, classe "A", referência NS-11, da 2ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM, para, em conformidade com o artigo 38, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 8.112, de 11 DEZ 90, substituir, automaticamente, o titular do cargo de provimento em comissão de Diretor de Secretaria, código STM-DAS-101.5.

O GENERAL-DE-EXERCITO HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 11, inciso XXXIII, do Regimento Interno, e tendo em vista o que consta do Ofício nº 017-GAB/EOR, de 12 JUN 92, resolve

Nº 9.865 - DISPENSAR, a partir de 12 JUN 92, o Cel Art QEMA FERNANDO CHRYSÓSTOMO SUPPA do encargo de Assitente-Chefe de Gabinete, que exerce junto ao Gabinete do Min Gen Ex Everaldo de Oliveira Reis.

Nº 9.866 - NOMEAR, nos termos do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 11 DEZ 90, a partir de 12 JUN 92, FERNANDO CHRYSÓSTOMO SUPPA para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe de Gabinete de Ministro, código STM-DAS-101.5, previsto na Lei nº 6.889, de 11 DEZ 80, junto ao Gabinete do Min Gen Ex Everaldo de Oliveira Reis.

GEN EX HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA

Ministério Público da União

Ministério Público Federal

Procuradoria Geral da República

PORTARIA Nº 335, DE 19 DE JUNHO DE 1992

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta dos processos FGR nºs 08100.001700/92-23 e 08100.001702/92-59, resolve:

Designar a Procuradora da República, Doutora MARIA IZABEL PEIREIRA DINIZ GALLOTTI, em exercício na Procuradoria da República no Distrito Federal, para funcionar nos autos dos Inquéritos Policiais nºs 293/90 e 069/92, em curso perante a Seção Judiciária do Estado de Rondônia.

ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA

RELACAO DE PROCESSOS REMETIDOS AO S.T.F. EM 19/06/92

909007655-7	RE / 124121
AUTOR	: BANCO CENTRAL DO BRASIL
REU	: CARLOS ALBERTO KHERLAKIAN
929005668-1	HC / 69421
AUTOR	: JOAO EUSTAQUIO DE LIMA
REU	: TRIBUNAL DE ALCADA CRIMINAL DO ESTADO DE SAO PAULO
PACTE	: JOAO EUSTAQUIO DE LIMA

TOTAL DE PROCESSOS REMETIDOS AO S.T.F. : 2

RELACAO DE PROCESSOS REMETIDOS AO S.T.J. EM 19/06/92

890009908-6	RESP / 635-0
AUTOR	: INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDENCIA SOCIAL - INPS
REU	: ROBERTO MARIO QUAGLINO
900005717-5	AG / 4352-0
AUTOR	: MUNICIPALIDADE DE SAO PAULO
REU	: FRANCISCO BRANCO GARCIA
900006854-1	AG / 4809-0
AUTOR	: DEPARTAMENTO AUTONOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
REU	: ALDERICO CARMINATTI
900007800-8	RESP / 4508-0
AUTOR	: JOAO LAZAROTO
REU	: ROMEU CIANCARULO

900012156-6 RESP / 6304-0
AUTOR : IMPORTADORA M. DWECK LTDA-MASSA FALIDA
REU : BANCO DO BRASIL S/A

900012172-8 RESP / 6319-0
AUTOR : IMPORTADORA M. DWECK LTDA-FALIDA
REU : BANCO DO BRASIL S/A

910003977-2 AG / 9417-0
AUTOR : ALZIRA BIGOSSO CAETANO
REU : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA

910004872-0 AG / 9834-0
AUTOR : INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDENCIA SOCIAL - INPS
REU : LUIZ GHETTI

910005502-6 RESP / 9409-0
AUTOR : MUNICIPALIDADE DE SAO PAULO
REU : CELSO GUSTAVO RODRIGUES DE AGUIAR

910005550-6 AG / 10155-0
AUTOR : COMERCIAL IMPORTADORA DOMAR LTDA
REU : FAZENDA DO ESTADO DE SAO PAULO

910006571-4 RESP / 9885-0
AUTOR : UNIAO FEDERAL
REU : LUCIA M. RIA DE MOURA

910008573-1 MS / 916-0
AUTOR : SINDICATO DOS EMPREG. EM EMPRES. DE SEG. PRIV. E CAPITALIZ. E DE AGENTES AUTON. ETC.
REU : MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E DA PREVIDENCIA SOCIAL

910009096-4 AG / 11641-0
AUTOR : FERNANDO DOS SANTOS PEREIRA
REU : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REU : REDE FERROVIARIA FEDERAL S/A
REU : UNIAO FEDERAL

910010029-3 RESP / 11218-0
AUTOR : SIDERURGICA ACONORTE S/A
REU : CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA E AGRONOMIA CREA-PE

910010461-2 RESP / 11380-0
AUTOR : AGAM CONFECCOES E MAKHARIA LTDA
REU : FAZENDA DO ESTADO DE SAO PAULO

910016486-0 AG / 14834-0
AUTOR : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
REU : EDUARDO HUMBERTO CUNHA MACHADO

910017647-8 RESP / 14064-0
AUTOR : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REU : ANESIO JOSE DE CASTRO

910019127-2 RESP / 14761-0
AUTOR : CLAUDIA MARCIA EDUARDA DE SA
REU : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

910021668-2 RESP / 15986-0
AUTOR : UNIAO FEDERAL
REU : ZAIRO MOREIRA DIAS

910021958-4 RMS / 1364-0
AUTOR : AUTO VIACAO 1001 S/A
ORIGEM : TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPDO : JUIZO DE DIREITO DA 9A VARA DA FAZENDA PUBLICA DO RIO DE JANEIRO-RJ
REU : SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DO MUNICIPIO-STRANSARJ

920003676-7 MS / 1518-0
AUTOR : CONFEDERACAO NACIONAL DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO-CONFENEN
AUTOR : FEDERACAO INTERESTADUAL DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DA REGIAO NORTE-FINEN/NORTE
REU : MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E DA PREVIDENCIA SOCIAL

920005163-4 AG / 19765-0
AUTOR : MAURICIO HADDAD
REU : JOAO REZENDE

920005459-5 RESP / 19709-0
AUTOR : BANCO DA AMAZONIA S/A BASA
REU : INDUSTRIAS BERGER S/A-COUROS E CALCADOS
REU : INDUSTRIAS BERGER S/A-COUROS E CALCADOS - EM CONCORDATA PREVENTIVA

920005955-4 RESP / 19920-0
AUTOR : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANA
REU : ROSELI GARCIA SOARES WINAND
INTERES : FRIEDA ALVES JUNIOR

920009152-0 HC / 1249-4
AUTOR : PEDRO ANTONIO ROSO
REU : QUARTA CAMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE ALCADA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PACTE : NELSIR SANTO ORSO

920009217-9 HC / 1252-4
AUTOR : HERALDO ASSED IUNES
REU : PRIMEIRA CAMARA DO TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PACTE : JORGE LUIZ GOMES CORREA
PACTE : JOSE INACIO DE OLIVEIRA
PACTE : CIPRIANO DE MORAES

920009732-4 RESP / 21471-7
AUTOR : UNIAO FEDERAL
REU : TAXI AEREO BANDEIRANTE LTDA

920009791-0 RESP / 21530-8
AUTOR : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
REU : ALVARO ANTONIO TEIXEIRA DIAS

920010198-4 RESP / 21682-9
AUTOR : CANDIDO PEREIRA DOS SANTOS
REU : JOAQUIM VIEIRA CORTEZ

920010399-5 MS / 1680-2
AUTOR : AGRIMISA-AGROINDUSTRIAL MEINBERG S/A
REU : MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRARIA

920011765-1 RMS / 1719-9
AUTOR : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE SAO PAULO
ORIGEM : TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE SAO PAULO
IMPDO : JUIZO DE DIREITO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE DA VARA DISTRITAL DE MAIRINQUE-SP
REU : NAO INDICADO

920012018-0 HC / 1300-0
AUTOR : AMERICO LINS DA SILVA LEAL
REU : TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO PARA
PACTE : HONORIO RODRIGUES PEREIRA

920012236-1 AG / 22599-3
AUTOR : NILSON WANDICK BARBOSA
REU : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE SAO PAULO

TOTAL DE PROCESSOS REMETIDOS AO S.T.J. : 33

Procuradoria Regional da República (1ª Região)

RELACAO DE PROCESSOS REMETIDOS AO T.R.F. 1a. REGIAO EM 19/06/92

900108242-4 AC
AUTOR : MARIA DA ASCENCAO PAIVA
REU : UNIAO FEDERAL

910102792-1 RO
AUTOR : GELVES GONCALVES MIRANDA
REU : UNIAO FEDERAL

910103109-0 AC
AUTOR : INST BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA
REU : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

910106708-7 PREC
AUTOR : DANIEL NUNES FERREIRA
REU : FAZENDA NACIONAL
DEPREC : JUIZO FEDERAL DA 1A VARA-GO

910106754-0 PREC
AUTOR : FERNANDO JORGE MURICY SANTANA
REU : FAZENDA NACIONAL
DEPREC : JUIZO FEDERAL DA 5A VARA-BA

910106767-2 PREC
AUTOR : CENTRONAL - CENTRO ATACADISTA REGIONAL LTDA
REU : FAZENDA NACIONAL
DEPREC : JUIZO FEDERAL DE UBERABA-MG

910106768-0 PREC
AUTOR : LUCIA MARIA FERREIRA
REU : FAZENDA NACIONAL
DEPREC : JUIZO FEDERAL DE UBERABA-MG

910106769-9 PREC
AUTOR : COM/ IND/ DE FERTILIZANTES PROGRESSO LTDA
REU : FAZENDA NACIONAL
DEPREC : JUIZO FEDERAL DA 3A VARA-MG

910106770-2 PREC
AUTOR : FUNDEP-FUNDACAO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA
REU : FAZENDA NACIONAL
DEPREC : JUIZO FEDERAL DA 5A VARA-MG

de, os Senhores Conselheiros da Colenda Terceira Câmara do Egrégio Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, apreciando o pedido de criação da Subseção de Pontes de Lacerda, Estado de Mato Grosso, em homologá-lo e almejar o melhor êxito. Sala das Sessões, 15 de junho de 1992. **MAURO VIOTTO** - Presidente. **WADY SAUAIA** - Relator. **PROCESSO Nº 1630/TC/92**. Assunto: Relatório e Contas. Seccional: OAB/RN. Exercício 1991. Relator: Conselheiro Wady Sauaia. **EMENTA**: Prestação de contas. Processo e documentação regulares. Saldo credor a favor do Conselho Federal, inscrito devidamente em homologação com essa ressalva. **ACÓRDÃO**: Vistos, etc.: **ACORDAM**, à unanimidade, os Senhores Conselheiros da Colenda Terceira Câmara do Egrégio Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, em homologar as contas da Seccional do Rio Grande do Norte, ressalvando, a favor do Conselho Federal, a inscrição do saldo que lhe deve o Conselho Seccional do Rio Grande do Norte. Sala das Sessões, 15 de junho de 1992. **MAURO VIOTTO** - Presidente. **WADY SAUAIA** - Relator. **PROCESSO Nº 1610/TC/92**. Assunto: Regimento Interno. Seccional: OAB/SC. Relator: Conselheiro Jorge Augusto Jungmann. **EMENTA**: Alteração do Regimento Interno de Seccional. Alteração considerada viável por não incidir na estrutura organizacional da Seccional e possibilitar-lhe melhor desempenho em suas atribuições. Recurso conhecido, porém negado provimento, para manter as alterações propostas. **ACÓRDÃO**: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os integrantes da Terceira Câmara do Conselho Federal da OAB, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso, para negar-lhe provimento, para manter as alterações propostas. Brasília, 15 de junho de 1992. **MAURO VIOTTO** - Presidente. **JORGE AUGUSTO JUNGMAN** - Relator. **PROCESSO Nº 1624/TC/92**. Assunto: Criação da Subseção de Presidente Bernardes. Seccional: OAB/SP. Relator: Conselheiro Rubélia Lyra Lins Bahia. **EMENTA**: SUBSEÇÃO, Criação ad referendum do Conselho Federal. Lei Federal nº 4.215/63, artigo 4º, §§ 3º e 4º. Cumpridos seus requisitos, inclusive com designação da Diretoria Provisória, deve o Conselho Federal da OAB homologar sua criação. **ACÓRDÃO**: Vistos relatados e discutidos os presentes autos de criação da subseção de PRESIDENTE BERNARDES, no Estado de São Paulo, acordam os Conselheiros que compõem a Terceira Câmara do Conselho Federal da OAB, à unanimidade e na conformidade com o voto do Relator por sua homologação, uma vez que atendidas as exigências legais. Brasília, 15 de junho de 1992. **MAURO VIOTTO** - Presidente. **RUBÉLIA LYRA LINS BAHIA** - Relator. **PROCESSO Nº 1641/TC/92**. Assunto: Criação da Subseção de São Luiz do Paraitinga. Seccional: OAB/SP. Relator: Conselheiro Heitor Magalhães Lopes. **EMENTA**: Preenchidas as formalidades estatutárias, homologa-se a criação de Subseção sem ressalvas. **ACÓRDÃO**: Acordam os membros da Terceira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, à unanimidade de votos, em homologar o processo epígráfico que cria a Subseção de São Luiz do Paraitinga. Brasília, 15 de junho de 1992. **MAURO VIOTTO** - Presidente. **HEITOR MAGALHÃES LOPES** - Relator. **PROCESSO Nº 1631/TC/92**. Assunto: Criação da Subseção de Wenceslau Brás. Seccional: OAB/PR. Relator: Conselheiro Evandro Ferreira e Viana Bandeira. **EMENTA**: Criação da Subseção Wenceslau Brás, na Seção do Estado do Paraná. Observância dos requisitos estatutários. Pedido referendado. **ACÓRDÃO**: Os Conselheiros Federais da OAB, que compõem a Terceira Câmara do Conselho Federal, acordam, depois de vistos, relatados e discutidos, referendar, por unanimidade a criação da Subseção de Wenceslau Brás, no Estado do Paraná. Brasília, 15 de junho de 1992. **MAURO VIOTTO** - Presidente. **EVANDRO FERREIRA E VIANA BANDEIRA** - Relator. **PROCESSO Nº 1635/TC/92**. Assunto: Criação da Subseção de Iguape. Seccional: AOB/SP. Relator: Conselheiro Sidney F. Safe Silveira. **EMENTA**: Regular a criação e instalação de Subseção pelo Conselho Seccional, homologa-se e referenda-se a mesma. **ACÓRDÃO**: Acorda a 3ª Câmara do Conselho Federal da OAB, em Sessão do dia 15 de junho de 1992, nos termos do voto do Relator, homologar a criação da 195ª Subseção da OAB/SP, com sede e jurisdição na Comarca de Iguape, e também a eleição para Diretoria daquela. Determinando as anotações e comunicações pertinentes. Brasília, 15 de junho de 1992. **MAURO VIOTTO** - Presidente. **SIDNEY F. SAFE SILVEIRA** - Relator. **PROCESSO Nº 1622/TC/92**. Assunto: Criação da Subseção de General Salgado. Seccional: OAB/SP. Relator: Conselheiro Stélio 7 Lopes Mendonça. **EMENTA**: Defere-se a aprovação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, a criação de nova Subseção, quando preenchidas todas as exigências legais e demonstrada a conveniência; em prol do exercício da advocacia, da novel organização de causídicos. É o caso da Subseção de General Salgado, do Estado de São Paulo, criada ad referendum do E. Conselho Federal, pela dinâmica daquela unidade de Federação. **ACÓRDÃO**: Acordam os integrantes da 3ª Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por votação unânime, referendar a criação da 196ª Subseção criada pelo C. Conselho Seccional do Estado de São Paulo, uma vez cumpridas as exigências legais para a sua constituição, inclusive com relação à conveniência para o exercício da advocacia e a eleição regular de sua Diretoria. Sala das Sessões da 3ª Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, em 15 de junho de 1992. **MAURO VIOTTO** - Presidente. **STÉLIO LOPES MENDONÇA** - Relator. **ADRIANA DE LAVENERE BASTOS** - Encarregada da 3ª Câmara.

Segunda Turma

EDITAL DE 19 DE JUNHO DE 1992

De ordem do Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente da Segunda Turma, torno público para ciência dos Senhores Advogados e demais interessados que a Turma fará realizar Sessão Extraordinária no dia 26 de junho de 1992 (sexta-feira) às 09:00 horas.

JUHAN CURY AGUIAR
Diretora da Secretaria da Turma

Superior Tribunal Militar

7ª Circunscrição Judiciária Militar

EDITAL DE CITAÇÃO

A DRA. LÍVIA SOARES VIANA FALSON, JUÍZA-AUDITORA SUBSTITUTA AUDITORIA DA 7ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR, NO EXERCÍCIO DA TITULARIDADE, EM VIRTUDE DA LEI, ETC...

FAZ SABER aos que o presente Edital de Citação virem ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de vinte (20) dias, que JOSÉ AUGUSTO TOBIAS DA SILVA FILHO, brasileiro, casado, Servente de Pedreiro, filho de José Augusto da Silva e de Mariana Barbosa da Silva, que se encontra em lugar incerto e não sabido, é CITADO a comparecer, sob as penas da Lei, à sede da Auditoria da 7ª Circunscrição Judiciária Militar, na Avenida Alfredo Lisboa, nº 173 - Bairro do Recife - Pernambuco, no dia 05.08.92, às 08:30 horas, a fim de se ver processar e julgar, no Processo nº 02/92-8, perante o Conselho Permanente de Justiça para a Aeronáutica, como incurso nos Arts. 303, § 2º e 53, tudo do Código Penal Militar, por haver se envolvido com o desvio de material de construção pertencente ao COMANDO AEREO DE TREINAMENTO - CATRE - situado em Parnamirim - RN, em agosto p.p., conforme denúncia oferecida pelo Dr. Procurador Militar, junto a Auditoria da 7ª C.J.M., datada de 06 de fevereiro de 1.992, a qual deixou de ser transcrita face ao que preceitua o § 2º do Artigo 286, do Código de Processo Penal Militar.

Dada e passada nesta cidade do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, na sede da Auditoria da 7ª Circunscrição Judiciária Militar, aos três dias do mês de junho do ano de mil novecentos e noventa e dois (03.06.92).

EU, Bel. Otávio Coutinho da Silva, Técnico Judiciário, redigi e datilografei. EU, Bela. Elizete Ribeiro de Melo, Diretora da Secretaria, subscrevi. EU, Dra. Lívia Soares Viana Falson, Juíza-Auditora Substituta da 7ª C.J.M., no exercício da titularidade.

(Of. nº 340/92)
(DIAS: 22, 23 e 24/06/92)

Editais e Avisos

Tribunal Superior do Trabalho

Secretaria do Tribunal Pleno

EDITAL

De ordem do Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente torno público aos Ilustríssimos Senhores Advogados, partes e demais interessados que o Tribunal Superior do Trabalho realizará sessão plena extraordinária no dia 25 de junho do corrente ano, (5ª feira) com início às 9:00h (nove) horas para apreciação das matérias em pauta e, às 17:00 (dezoito) horas, Sessão Solene de Posse dos Excelentíssimos Senhores Ministros Antonio Maria Thaumaturgo Cortizo e Leonaldo Silva, bem como de seus respectivos Suplentes.

STP, 22 de junho de 1992

NEIDE A. BORGES FERREIRA
Secretária do Tribunal Pleno

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO
E
GEOGRÁFICO BRASILEIRO



REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Os temas históricos brasileiros em uma publicação trimestral que reúne estudos, documentos, conferências, reuniões e toda a produção científica do IHGB.

Informações:

IMPRENSA NACIONAL

SIG — Quadra 06 — Lote 800 Brasília — DF — CEP: 70604-900
Fone : (061) 226-6812

*" Este ato
entra em vigor na data
de sua publicação "*

PARA QUE OS ATOS DE GOVERNO
ENTREM EM VIGOR NA DATA CERTA É PRECISO
QUE AS MATÉRIAS CHEGUEM
À IMPRENSA NACIONAL EM TEMPO HÁBIL

Horário para recebimento das matérias destinadas aos Diários Oficiais — Seções I, II e III

Até às 16 horas
(do dia anterior):

Portarias, despachos, instruções, atas, resoluções, extratos de contratos, editais, avisos, retificações e atos a serem publicados de Ministérios, Fundações, Autarquias, Empresas vinculadas, Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais, Tribunal de Contas da União, Poder Legislativo, Poder Judiciário e instituições, partidos, associações e empresas que utilizam a Seção Ineditoriais.

- Via Central de Malas Oficiais (ECT) e Guichê da Seção de Seleção e Registro de Matérias da IMPRENSA NACIONAL

Até às 17 horas
(do dia anterior):

Leis, Medidas Provisórias, Decretos e atos dos Poderes Executivo e Legislativo.

- Via Departamento de Documentação da Secretaria-Geral da Presidência da República ou Ministério da Justiça.

IMPRENSA NACIONAL
HÁ 184 ANOS CONTANDO
A HISTÓRIA DO BRASIL

SIG — Q. 06, Lote 800 — CEP 70604-900 — Fone: (061)321-5566 Brasília — Distrito Federal
Telex: (061) 1356 DIMN BR — CGC/MF n.º 00394494/0016-12
Fax: (061) 225-2046

